

(ii) seguros agrícolas, peço rural, seguros imobiliários e seguros de vida, quando comercializados pelos canais *affinities*.
A Companhia controla diretamente as seguradoras MAPFRE Seguros Gerais S.A., Brasielculos Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A.
Em 2015, a MAPFRE BB SH2 apresentou lucro líquido de R\$ 460,3 milhões, 51,7% superior ao exercício anterior. Os prêmios emitidos por essas seguradoras, totalizaram R\$ 9,1 bilhões, situando-se 2,8% acima dos registrados em 2014.
A Empresa dará continuidade à sua estratégia de valorizar e atender às demandas dos clientes; estimular

e promover a inovação; atuar de maneira sustentável, integrando as questões ambientais, sociais e de governança ao negócio; valorizar e reconhecer o trabalho e a dedicação dos colaboradores, focando sempre na busca permanente por eficiência operacional, a qual permitiu à MAPFRE BB SHZ alcançar desempenho significativo em 2015.

Esses princípios nortearam a Organização em 2016, sempre na busca por crescimento acima da média de mercado e por incrementos em seus resultados.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.

A Administração

	Notas	2015	2014
Receitas operacionais		520.277	300.123
Resultado de equivalência em investimentos em controladas	8a	520.277	300.123
Outras receitas e (despesas) operacionais		(6.918)	5.173
(+) Resultado financeiro	12b	13.567	7.547
(-) Despesas administrativas	12a	(20.485)	(2.374)
(=) Resultado operacional		513.359	305.296
(=) Resultado antes dos impostos e participações		513.359	305.296
(-) Imposto de renda	13a	(38.541)	(1.302)
(-) Contribuição social	13a	(14.539)	(477)
(=) Lucro líquido do exercício		460.279	303.517
Atribuível aos acionistas:			
BB Seguros Participações S.A. - 50%		230.140	151.759
MAPFRE Brasil Participações S.A. - 50%		230.140	151.759
(/) Quantidade de ações		1.506.786.466	1.506.786.466
(=) Lucro líquido por ação		0,31	0,20
- Ações ordinárias		753.393.233	753.393.233
- Ações preferências classe "A"		384.230.549	384.230.549
- Ações preferências classe "B"		369.162.684	369.162.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	460.279	303.517
Outros resultados abrangentes	(11.375)	4.235
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda em controladas	(21.394)	7.058
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	10.019	(2.823)
Resultados abrangentes do exercício	448.904	307.752
Atribuível aos acionistas:		
MAPFRE Brasil Participações S.A. - 50%	224.452	153.876
BB Seguros Participações S.A. - 50%	224.452	153.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

```
graph TD; BBSP[BB Seguros Participações S.A.] -- 100% --> MAPFRE_BB_SH2[MAPFRE BB SH2 Participações S.A.]; BBSP -- 50% --> MAPFRE_Brasil[MAPFRE Brasil Participações S.A.]; MAPFRE_BB_SH2 -- 100% --> MAPFRE_Seguros_Gerais[MAPFRE Seguros Gerais S.A.]; MAPFRE_BB_SH2 -- 100% --> BB_MAPFRE_Assistencia[BB MAPFRE Assistência S.A.]; MAPFRE_Seguros_Gerais -- 100% --> Alianca_Brasil_Seguros[Aliança do Brasil Seguros S.A.]; BB_MAPFRE_Assistencia -- 100% --> Alianca_Brasil_Seguros; Alianca_Brasil_Seguros -- 100% --> Brasil_Veiculos[Brasil Veículos Companhia de Seguros];
```

O diagrama ilustra a estrutura societária da BB Seguros Participações S.A. e suas filiais. A BB Seguros Participações S.A. é a controladora, detendo 100% da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. e 50% da MAPFRE Brasil Participações S.A. A MAPFRE BB SH2 Participações S.A. detém 100% da MAPFRE Seguros Gerais S.A. e 100% da BB MAPFRE Assistência S.A. A MAPFRE Seguros Gerais S.A. detém 100% da Aliança do Brasil Seguros S.A. A BB MAPFRE Assistência S.A. também detém 100% da Aliança do Brasil Seguros S.A. Por fim, a Aliança do Brasil Seguros S.A. detém 100% da Brasil Veículos Companhia de Seguros.

	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	460.279	303.517
Ajustes para:	(520.277)	(300.123)
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(520.277)	(300.123)
Variação nas contas patrimoniais:	(40.171)	(84.937)
Aplicações	(95.979)	(84.598)
Outros créditos a receber	(10.697)	(103)
Despesas antecipadas	141	(199)
Créditos tributários	(826)	(1.042)
Outros ativos	(301)	(505)
Obrigações a pagar	(5)	3
Impostos e contribuições	67.496	1.507
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações	(100.169)	(81.543)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	218.825	262.100
Contribuição social sobre o lucro pago	(407)	—
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	118.249	180.557
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento de capital em controladas	(118.150)	(180.600)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(118.150)	(180.600)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	99	(43)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33	76
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	132	33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A SH2 está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: i. Não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; ii. A SH2 não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; iii. A SH2 não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou outro órgão regulador; e iv. A controladora intermediária da SH2, que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2016.

b) Comparabilidade: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2014, conforme requerido pelas práticas contábeis.

c) Continuidade: A Administração considera que a SH2 possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

d) Base para mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

e) Moeda funcional: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da SH2. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

f) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 6 - Aplicações. • Nota 11b - Créditos tributários.

g) Segregação entre circulante e não circulante: A SH2 efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente.

h) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015. Entre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo. Os valores são utilizados pela SH2 para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo.

b) Aplicações: A SH2 classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i. *Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A SH2 gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as notas explicativas adicionais às premissas utilizadas na aplicação dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa 6.

c) Redução do valor recuperável: i. *Ativos financeiros:* Um ativo financeiro é considerado não recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. ii. *Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisitos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

d) Investimentos: Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que a SH2. Não existem diferenças entre as políticas contábeis adotadas pela SH2 e suas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a SH2 determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da SH2 em suas controladas. A SH2 determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a SH2 calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

e) Passivos financeiros: Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o passivo que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

f) Provisões: Provisões são reconhecidas quando a SH2 tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

g) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que estão reconhecidos no resultado.

h) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A SH2 atua como uma *holding* e desta forma, através de suas investidas apresenta exposição aos riscos de risco de uso de instrumentos financeiros, risco de crédito, risco de mercado, risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional.

Risco de subscrição: As investidas definem risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem riscos significativos são aqueles onde as investidas possuem a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento as investidas entendem que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimado, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que as investidas incorreriam para fazer face aos eventos de sinistros. As investidas utilizam estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com ressegurados que possam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importância segura elevada.

Risco de crédito: Representa o risco de prejuízo financeiro da SH2 e suas controladas caso um cliente ou contra-partede não cumpra o contrato financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que gerem principalmente dos recebíveis representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

A exposição máxima que a SH2 e suas controladas estão sujeitas para esse risco está representada pelos respectivos saldos consignados nas demonstrações financeiras.

Risco de mercado: É a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento dos preços de mercado, tais como taxas de juros e câmbio, que estão principalmente relacionadas a atualização de passivos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

Risco de liquidez: Representa o risco de a SH2 e suas controladas encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Os principais passivos financeiros estão representados pelas obrigações decorrentes das contas a pagar, encargos e tributos a recolher, divididos a pagar e outras obrigações. A SH2 garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco operacional: É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

Estrutura de gerenciamento de riscos: O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A SH2 conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo análise estratégica dos riscos corporativos. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, a SH2 e suas investidas contam com os seguintes comitês:

Comitê Financeiro: Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões relacionadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.

Comitê de riscos globais: Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Comitê de auditoria: Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Comitê executivo: Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da SH2. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais as investidas estão expostas, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da SH2. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. Nas demonstrações financeiras individuais de cada investida foram apresentadas as informações quantitativas a exposição aos riscos as quais estas estão expostas bem como os testes de sensibilidade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Bancos	17	8
Equivalentes de caixa (*)	115	25
Total de caixa e equivalentes de caixa	132	33

(*) Equivalentes de caixa são compostos por fundos de investimentos de curto prazo, compostos substancialmente por operações compromissadas em títulos públicos federais, com vencimentos obrigatórios de até 90 dias.

6. APLICAÇÕES

a) Resumo da classificação		2015		2014	
Descrição					
Valor justo por meio do resultado		181.580	100%	85.601	100%
Fundos exclusivos					
Quotas de fundos de investimentos abertos (*)		181.580	100%	85.601	100%
* Em 31 de dezembro de 2015, compreende substancialmente, operações compromissadas com lastro em títulos públicos e investimentos em títulos públicos.					
b) Movimentação		2014		2015	
Descrição					
Valor justo por meio do resultado		2014	Aplicações	Resgates	Rendimentos
Fundos exclusivos					
Quotas de fundos de investimentos abertos		85.601	90.675	(8.115)	13.419
Total		85.601	90.675	(8.115)	13.419
2014		2013	Aplicações	Resgates	Rendimentos
Descrição					
Valor justo por meio do resultado					
Fundos exclusivos					
Letras financeiras do tesouro (LFT)		1.003	-	(1.027)	24
Quotas de fundos de investimentos abertos		-	188.300	(110.222)	7.523
Total		1.003	188.300	(111.249)	7.547
c) Composição por prazo e por título		Sem vencimento definido		Valor contábil/Valor justo	
2015					
Valor justo por meio do resultado					
Fundos exclusivos					
Quotas de fundos de investimentos abertos					
Total					
2014		Sem vencimento definido		Valor contábil/Valor justo	
Valor justo por meio do resultado					
Fundos exclusivos					
Quotas de fundos de investimentos abertos					
Total					
d) Hierarquia de valor justo:					
No Nível 1. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: <i>Inputs</i> , exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e Nível 3: <i>Inputs</i> , para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (<i>inputs</i> não observáveis). Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve transferências de ativos entre níveis, bem como os títulos foram classificados como nível 1.					

7. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	2015	2014
Dividendos a receber	10.000	-
Outros créditos a receber	806	-
Total	10.806	-

8. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS

a) Movimentações em controladas		MAPFRE BrasilVeículos		Aliança do Brasil		Ágio	
		Gerais S.A.	Companhia de Seguros	Seguros S.A.	Seguros		Total
Dados das investidas							
Capital social		1.549.863	335.319	105.171	1.990.353		
Capital social (em aprovação)		129.000	-	10.000	139.000		
Quantidade de ações possuídas:							
ON		1.173.280.662	40.941.755	17.476			
PN		-	31.821.068	160			
Percentual de participação		100%	100%	100%			
Total de ativos		10.178.583	3.018.194	1.432.652	14.629.429		
Total de passivos líquido de provisões judiciais		7.707.953	1.957.859	1.154.199	10.820.011		
Total de provisões judiciais		155.060	463.137	37.025	655.222		
Patrimônio líquido		2.296.220	597.198	239.928	3.133.346		
Prêmio ganho		6.118.634	1.971.427	698.555	8.788.616		
Lucro líquido do exercício		241.047	196.356	82.874	520.277		
Saldo em 1º de janeiro de 2015		2.083.669	497.046	169.379	155.727	2.905.821	
Aumento de capital		109.650	-	8.500	118.150		
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		(129.000)	(94.800)	(20.000)	(243.800)		
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(9.146)	(1.404)	(825)	(11.375)		
Resultado de equivalência patrimonial		241.047	196.356	82.874	520.277		
Saldo em 31 de dezembro de 2015		2.296.220	597.198	239.928	155.727	3.289.073	
Saldo em 1º de janeiro de 2014		1.809.446	530.139	187.651	155.727	2.682.963	
Aumento de capital		180.600	-	-	180.600		
Dividendos		-	(181.000)	(81.100)	(262.100)		
Ajuste com títulos e valores mobiliários		5.661	(333)	(1.093)	4.235		
Resultado de equivalência patrimonial		87.962	148.240	63.921	300.123		
Saldo em 31 de dezembro de 2014		2.083.669	497.046	169.379	155.727	2.905.821	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e aos Acionistas da **MAPFRE BB SH2 Participações S.A.**
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, composto por três membros, está instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Tem alcance ainda sobre as seguintes empresas: Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Seguros Gerais S.A. e BB MAPFRE Assistência S.A.

O Comitê tem como principais atribuições: revisar as demonstrações financeiras antes da sua divulgação; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos, evidenciando eventuais deficiências identificadas.

O Comitê realiza suas avaliações com base nas informações e documentos recebidos da Administração, dos auditores externos, da Auditoria Interna, dos gestores de riscos e controles, bem como nas suas próprias análises.

O Comitê exerce suas atividades com independência, reportando-se ao Conselho de Administração da empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A. em cumprimento às disposições constantes da Resolução CNSP nº 321/15. Para o exercício de sua missão institucional, reuniu-se mensalmente no período de julho a dezembro de 2015, fez diligências e requisições de documentos e informações. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Sistema de Controles Internos

No segundo semestre de 2015, o Comitê reuniu-se com a Administração para acompanhar a evolução da

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. ("SH2"), sociedade do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e, considerando ainda o parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de encaminhamento e apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Bento Apário Zanini Presidente	Carlos Eduardo Gabas Membro Titular	Mauro César Batista Membro Titular	Tarcísio Hubner Membro Titular
-----------------------------------	--	---------------------------------------	-----------------------------------

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilson Toneto - Presidente Osmar Fernandes Dias - Vice-Presidente	Aloizio Mercadante Oliva Andrés Jiménez Herradón Edson Antonio Edinho da Silva	Marcelo Augusto Dutra Labuto Marcos Eduardo dos Santos Ferreira Maria Letícia de Freitas Costa
--	--	--

DIRETORIA

Marcos Eduardo dos Santos Ferreira Diretor Presidente	Roberto Barroso Diretor Vice-Presidente	Simone Pieretti Gonçalves CRC 1SP 183717/O-5
--	--	---

b) Ágio: No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi realizada a reorganização societária com a cisão do acervo do patrimônio líquido da empresa Aliança REV Participações S.A., a qual era controlada pela SH2, com versão do patrimônio para a Brasilveículos Companhia de Seguros e para a SH2, relativo à recomposição do ágio originalmente registrado na incorporada. O referido ágio é alocado às unidades de negócios para fins de teste anual de "impairment" (valor recuperável), as quais se beneficiam da combinação de negócios que originou o ágio.

Redução ao valor recuperável do ágio: A SH2 realiza anualmente o teste de valor recuperável, ou sempre que houver indicativos de perda em qualquer unidade geradora de caixa, sendo o teste realizado de forma consistente nos períodos de fechamento das demonstrações financeiras anuais. Em 31 de dezembro de 2015 foi realizado o teste de recuperabilidade para o ágio registrado no total de R\$ 155.727, relativo à investida Brasilveículos Companhia de Seguros, considerada como unidade geradora de caixa, e segmento operacional que divulga informações, sendo considerada, entre outros fatores, a relação entre resultado do fluxo de caixa descontado e seu valor contábil.

Unidade geradora de caixa: O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa foi superior ao saldo contábil do ágio registrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014. A apuração desse valor também é determinada com base nas projeções do fluxo de caixa descontado a partir de estimativas financeiras elaboradas pela Administração, para um período de dez anos, mais perpetuidade. A taxa de desconto, antes dos impostos, é aplicada às projeções de fluxo de caixa. O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas: • Prêmios emitidos, sinistralidade, comissionamento e despesas administrativas: Utilizou-se base histórica e expectativa de crescimento e desempenho de cada unidade geradora de caixa. • Financeiro: Projeção da rentabilidade com base na taxa SELIC. • Taxa de desconto: O critério utilizado para a taxa de desconto é o CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), ou Modelo de Precificação de Ativos Financeiros, que considera o custo de capital correspondente à taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos, onde foram considerados dois cenários, Custo de Oportunidade ou CAPM, dos dois o maior.

Sensibilidade à mudanças nas premissas: As implicações de modificações nas principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir: • Premissas de taxa de crescimento: O cenário macroeconômico futuro e a alta volatilidade do mercado podem causar um impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento. • Margem de contribuição: Uma redução na margem de contribuição, principalmente pelo descolamento da sinistralidade dos produtos projetados, acarretaria em prejuízo para aquela operação. • Taxa de desconto: Um aumento na taxa de desconto antes de impostos acarretaria em um maior comprometimento. Simulamos o efeito do impacto decorrente da modificação das pre